

# **PROBLEMÁTICA DOS SEM-ABRIGO NO MUNICÍPIO DE LAGOS**

## **DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

**VERSÃO FINAL**

**ABRIL DE 2011**



Ana Marques

Técnica Superior (Psicologia)

DECAS - Divisão de Habitação, Saúde e Acção Social – Serviço de Saúde e Acção Social  
Paços do Concelho Séc. XXI  
Praça do Município  
8600-293 Lagos

Lúcia Santos

Técnica Superior (Sociologia)

## Índice

Preâmbulo.....	3
1. Notas Introdutórias.....	4
2. Enquadramento Conceptual.....	5
3. Apresentação dos Resultados do Diagnóstico à População Sem-abrigo no Município de Lagos.....	7
3.1 Resultados do Inquérito Realizado no terreno.....	7
3.2. Resultados dos Dados Recolhidos entre as Instituições Parceiras.....	13
4. Tipologia dos Sem-abrigo no Município de Lagos.....	14
5. Agregados Familiares em Situação de Exclusão Habitacional.....	16
6. Indicadores de Risco.....	20
7. Proposta de Modelo de Intervenção.....	21
8. Proposta de Respostas Complementares.....	22
9. Notas Finais.....	24
Posfácio.....	26

## **Preâmbulo**

Conscientes que todo o conhecimento é resultado, também, de quem o produz, não queremos deixar de sublinhar que este documento reflecte a nossa formação académica e a nossa experiência profissional, com todas as mais-valias e constrangimentos que tal acarreta.

Paralelamente, deve referir-se, ainda, não ser nossa pretensão elaborar uma dissertação académica/teórica, mas uma base de trabalho pragmática, visando uma intervenção integrada e em parceria. Neste espírito, a versão inicial, datada de Dezembro de 2010, encontrou-se aberta à apreciação e contributos dos parceiros da Rede Social.

Como tal, o presente documento é o resultado e suma da pesquisa prévia de dados existentes, do trabalho no terreno, e da informação fornecida pelos vários parceiros sobre a realidade em apreço.

## 1. Notas Introdutórias

Considerando:

- o aumento percebido do número de indivíduos sem-abrigo no perímetro urbano do Concelho de Lagos;
- o trabalho desenvolvido pela Divisão de Habitação, Saúde e Acção Social no âmbito da integração e coesão social do Município, bem como as competências que lhe estão cometidas no ROML;
- o definido na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo;
- que uma intervenção sólida e sustentada pressupõe o conhecimento da realidade em causa sendo, portanto, fundamental a realização de um diagnóstico/levantamento da mesma;

Foi levado a cabo um estudo com vista a caracterizar a população sem-abrigo no Concelho de Lagos.

A **METODOLOGIA DE TRABALHO** consistiu:

- Numa reunião preliminar com diferentes entidades/instituições com actividade junto da população sem-abrigo, permitindo a identificação de locais foco e de intermediários/mediadores;
- Na aplicação de um inquérito semi-dirigido à população alvo, sendo inquiridos 13 indivíduos, e obtidas informações genéricas referentes a mais 3 pessoas em situação idêntica que, por circunstâncias diversas, não foi possível localizar;
- Na apresentação e discussão da versão inicial do presente documento aos parceiros da Rede Social com trabalho desenvolvido nesta área de intervenção;
- Na recolha de dados, consubstanciada através do preenchimento de um quadro uniformizado, junto de entidades com competências atribuídas em matéria de acção social (Serviço Local de Lagos da Segurança Social; Juntas de Freguesia do Município; Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio; serviços afectos à Divisão de Habitação, Saúde e Acção Social).

No decurso destas etapas, tornou-se imprescindível contemplar uma nova dimensão de análise, designadamente, agregados familiares em situação de **exclusão habitacional**. A inclusão desta realidade no Diagnóstico traduz-se num importante vector de planeamento estratégico e prospectivo, potenciador da definição de estratégias de intervenção e acompanhamento de carácter preventivo.

## **2. Enquadramento Conceptual**

### **Conceito de Pessoa Sem-Abrigo**

No presente relatório, e seguindo a definição do Instituto da Segurança Social (ISS), “considera-se pessoa sem-abrigo aquela, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou em paradeiro com local precário ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.”

Ainda de acordo com o ISS, é feita a seguinte distinção:

- Sem tecto: compreende todos os indivíduos a pernoitar em espaço público, em abrigo de emergência ou em locais precários, compreendendo estes últimos casas abandonadas;
- Sem casa: abrange os indivíduos com estadia em alojamentos temporários, ou seja, por um período de tempo limitado.

### **Conceito de Agregado familiar em situação de Exclusão Habitacional**

De acordo com a ETHOS - Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional, encontram-se em situação de Exclusão Habitacional os agregados familiares residentes em:

- Habitação insegura: sem contrato de arrendamento ou aquisição; com ameaça de despejo ou sob ameaça de violência por parte de um coabitante; a viver temporariamente com família ou amigos (não por opção).
- Habitação inadequada: a viver em estruturas temporárias não comuns (roulottes, caravanas); a viver em habitação sem condições; situações de sobrelotação habitacional extrema.
- Habitação Assistida: pessoas em alojamento apoiado; pessoas em alojamento temporário.

## **Exclusão e Integração Social**

Existem múltiplas definições de exclusão e integração social. Para o presente documento adoptamos a teorização proposta por João Ferreira de Almeida<sup>1</sup>. Assim, entende-se integração como pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania, isto é, todos eles conservando, aprofundando e exprimindo capacidades de escolha. A integração refere-se, portanto, não apenas a competências virtuais ligadas à vida social, mas ao uso efectivo delas, não implicando a renúncia à prática de certas competências o comprometimento da cidadania, ou seja, a exclusão social.

Logo, o que distingue integração social de exclusão social é a capacidade real de opção, sendo os excluídos os que não a possuem efectivamente.

Neste seguimento, compreendemos que o contributo das instituições no combate à exclusão social no âmbito desta problemática consiste na criação de respostas sociais.

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, João Ferreira de (1993), "Integração e exclusão social: algumas questões", *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 829-834

### 3. Apresentação dos Resultados do Diagnóstico à População Sem-Abrigo no Município de Lagos

#### 3.1 Resultados do Inquérito Realizado no Terreno

Após diversas diligências, foram entrevistados 13 indivíduos e recolhidos alguns dados de mais 3 elementos (através de informação facultada pelos entrevistados).

De acordo com os dados obtidos no terreno, verifica-se a prevalência de situações de ocupação de casas abandonadas, tendo sido sinalizados cinco locais, a saber:

- Duas casas junto à Praia da D. Ana;
- Uma casa nas imediações do supermercado Modelo;
- Uma casa na zona do Molião;
- Uma casa junto ao Edifício Paços do Concelho Séc. XXI.

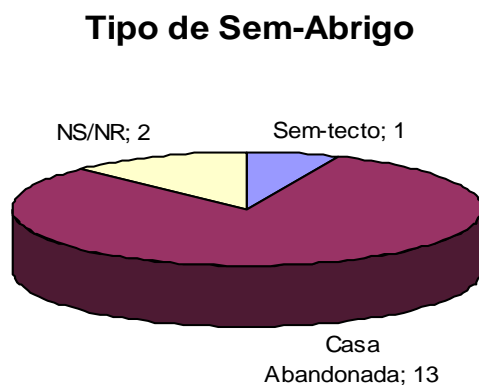


Figura 1 – Tipo de Sem-Abrigo

Perante a informação obtida, podemos caracterizar os sem-abrigo do Município, grosso modo, como uma população maioritariamente masculina e em idade activa. De salientar, a proporção elevada de imigrantes que compõem esta população, e a existência de subgrupos cuja caracterização será efectuada na secção seguinte.

**Distribuição por Género**

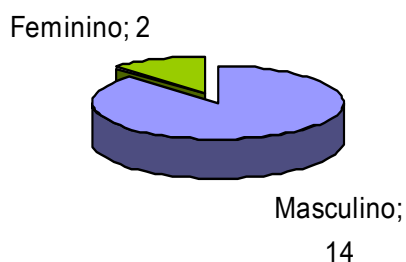


Figura 2 – Distribuição por Género

**Distribuição por Grupos Etários**

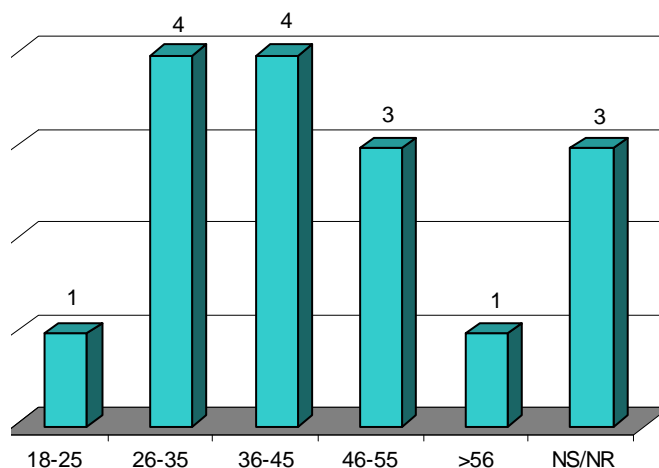


Figura 3 – Distribuição por Grupos Etários

**Nacionalidade dos Inquiridos**

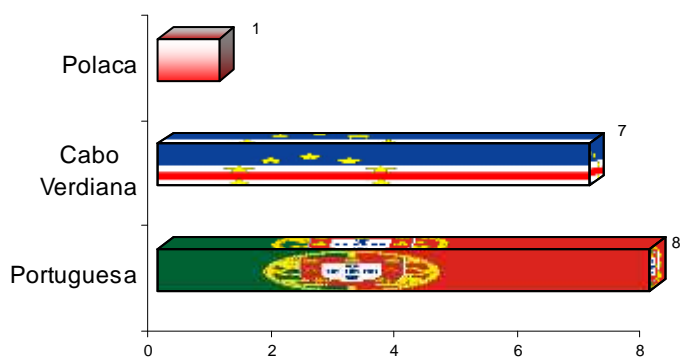


Figura 4 – Nacionalidade dos Inquiridos

A partir da questão da nacionalidade, considerou-se pertinente verificar a situação legal dos inquiridos de nacionalidade terceira. Constatou-se que todos os inquiridos de nacionalidade terceira<sup>2</sup> eram nacionais Cabo-Verdianos, e destes somente um é titular de autorização de residência em território nacional.

Relativamente aos nacionais portugueses, dois dos inquiridos afirmaram não ter qualquer documento de identificação, tendo a maioria referido não possuir a totalidade da documentação regular, sobretudo a respeitante ao Serviço Nacional de Saúde.

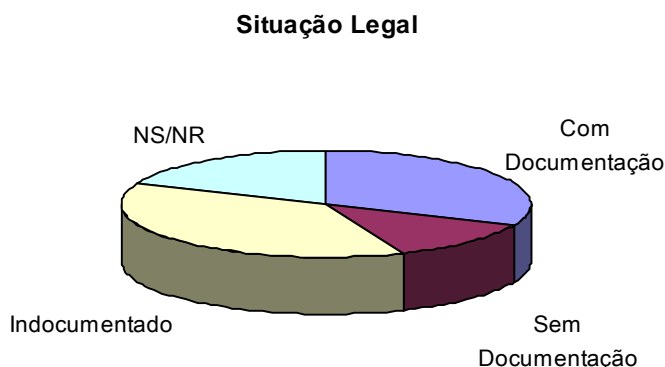


Figura 5 – Situação Legal

A atitude perante o uso da cidadania levantou questões sobre a relação entre estes indivíduos e as organizações de suporte, públicas ou privadas, existentes na comunidade.

Pode observar-se o maior recurso a Instituições Particulares de Solidariedade Social e de cariz religioso e humanitário, nas quais o acesso é facilitado e menos burocrático.

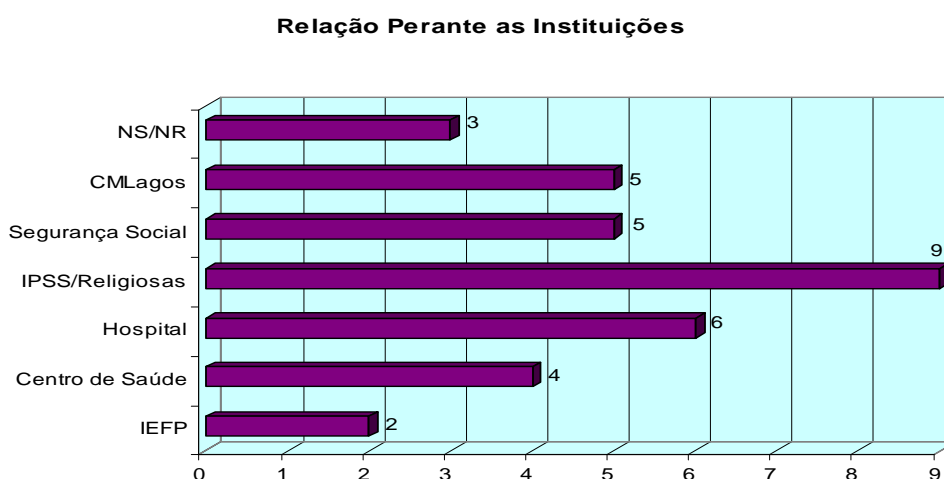


Figura 6 – Relação perante as instituições

<sup>2</sup> “ «Estado terceiro» qualquer Estado que não seja membro da União Europeia nem seja Parte na Convenção de Aplicação ou onde esta não se encontre em aplicação” (alínea g) do art.º 3º da Lei 23/2007, de 4 de Julho);

Verifica-se que a existência de sem-abrigo no Município não é um fenómeno recente: a maioria dos entrevistados afirmou estar em situação de sem-abrigo há mais de cinco anos.

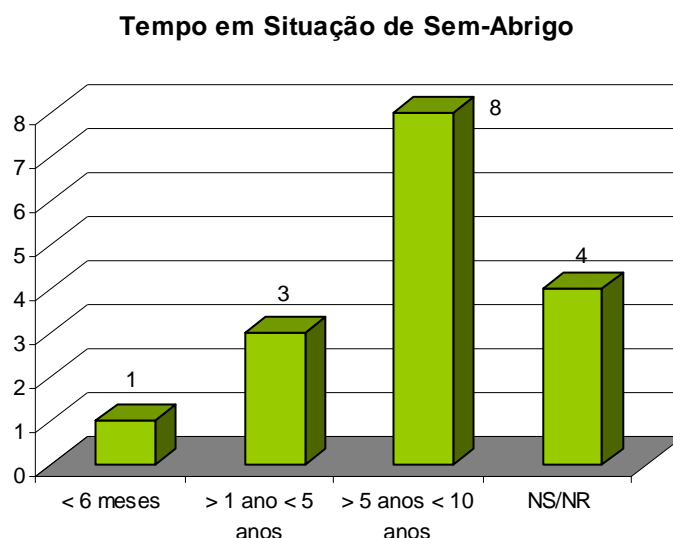


Figura 7 – Tempo em situação de Sem-Abrigo

Relativamente à percepção acerca da condição sócio-habitacional vivenciada, o desemprego é a razão apontada para a incapacidade em suportar as despesas inerentes à manutenção de uma habitação. No entanto, de acordo com a observação efectuada, a toxicodependência e imigração indocumentada constituem, também, factores potenciadores, na medida em que, o primeiro caso resulta na ruptura de relações familiares e institucionais e na dificuldade em cumprir normas e rotinas, e o segundo caso origina desvantagens no acesso ao mercado de trabalho, vulnerabilidade das relações laborais e dificuldade/impossibilidade de aceder a prestações sociais.

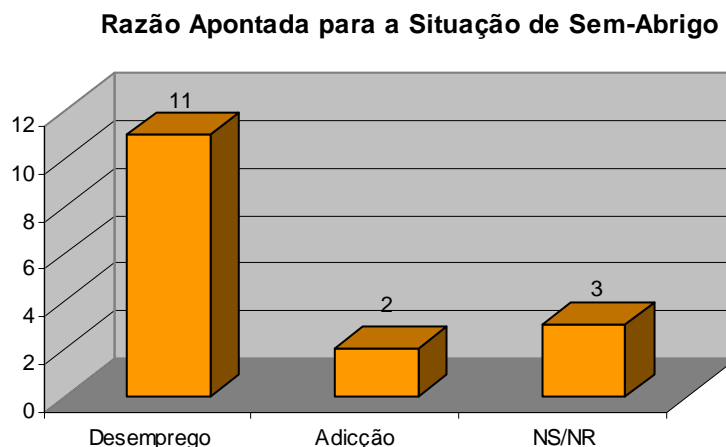


Figura 8 – Razão Apontada para a Situação de Sem-Abrigo

Assumindo-se a falta de enquadramento profissional como o principal motivo apontado para a situação de sem-abrigo, e tratando-se de uma população em idade activa, verificou-se, de facto, que nenhum dos elementos está integrado no mercado de trabalho formal.

Quando confrontados com a sua atitude perante esta situação, a maioria afirmou que procura activamente emprego no mercado paralelo/irregular, sendo que, de entre os inquiridos com requisitos para o efeito, somente dois indicaram estar inscritos no IEFP.

**Procura Activa de Emprego**

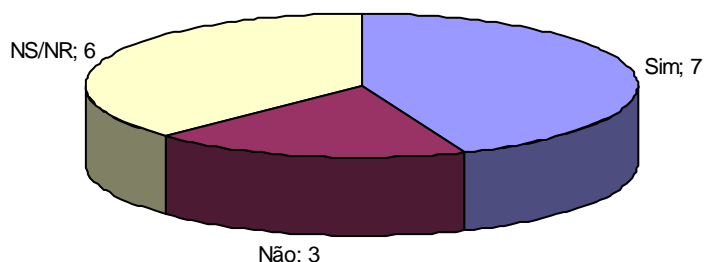


Figura 9 – Procura Activa de Emprego

Paralelamente, a situação de desemprego parece também coerente com o baixo nível de habilitações literárias e profissionais dos inquiridos, prevalecendo o 1º e 2º Ciclos de escolaridade.

**Escolaridade dos Inquiridos**

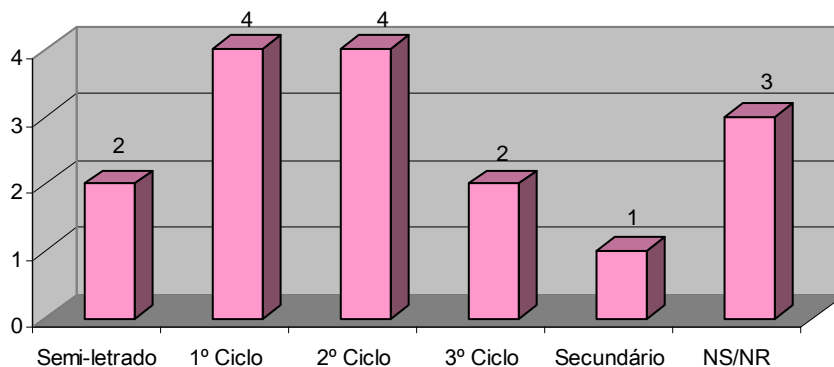


Figura 10 – Escolaridade dos Inquiridos

Face à situação socioeconómica já caracterizada, considerou-se relevante perceber como é assegurada a sobrevivência dos indivíduos em causa. Assim, conforme a figura seguinte, é estrutura da Segurança Social e a rede social de apoio que mantém a funcionalidade da maioria desta população, ainda de forma distinta consoante o subgrupo em causa.

Sabendo-se que o benefício de prestações sociais implica a permanência legal em território nacional, importa assinalar a existência de rede suporte comunitária no caso dos imigrantes indocumentados.

### Fontes de Rendimento Declaradas

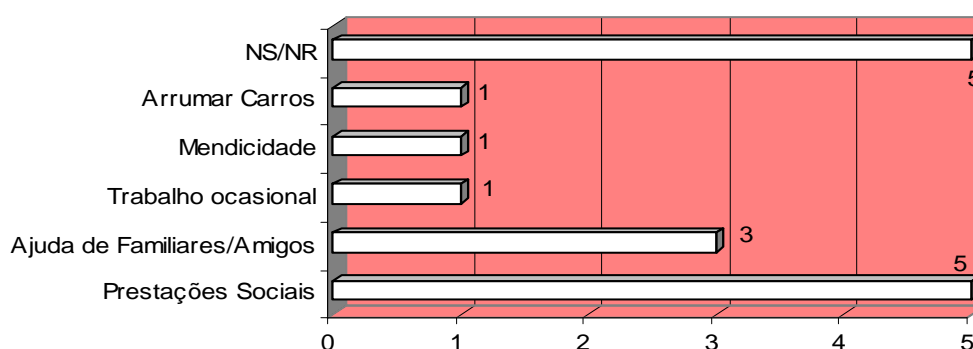


Figura 11 – Fontes de Rendimento Declaradas

Por último, e considerando os indicadores existentes relativamente à temática em análise, aferiu-se a prevalência de problemas de saúde. Sentiu-se uma maior facilidade em assumir a presença de doenças físicas, mesmo quando são, eventualmente, resultantes de doenças de saúde mental (por exemplo, a hepatite é, em muitos indivíduos, resultante da situação de toxicodependência e alcoolismo).

### Patologias Apresentadas

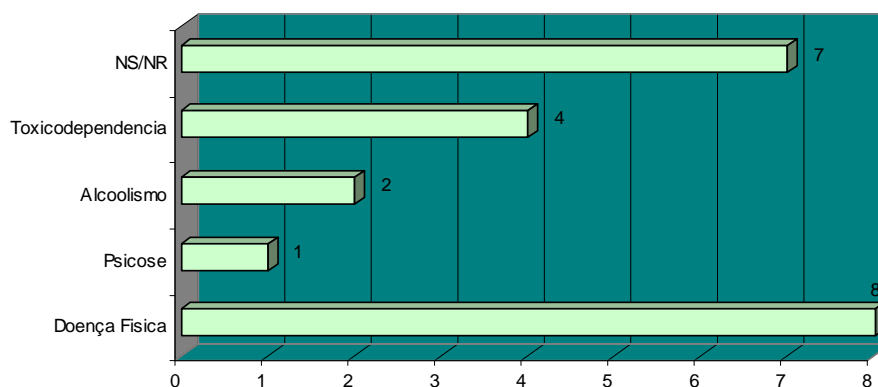


Figura 12 – Patologias Apresentadas

### 3.2. Resultados dos Dados Recolhidos entre as Instituições Parceiras

Através dos elementos facultados pelo Serviço Local da Segurança Social de Lagos, Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, Serviço de Saúde e Acção Social da CMLagos e Juntas de Freguesia de Bensafrim, Santa Maria e S. Sebastião, foram sinalizados 10 indivíduos em situação de sem-abrigo, para além das já identificadas no ponto anterior.

**Tipo de Sem-abrigo**

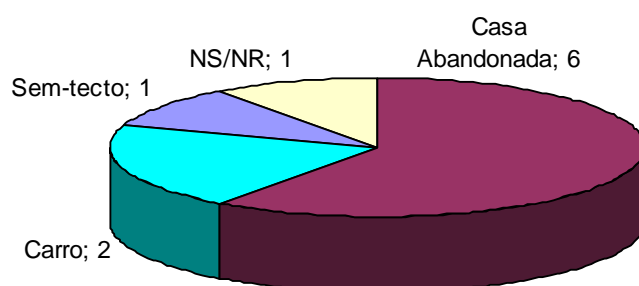


Figura 13 – Tipo de Sem-Abrigo

A análise destes dados foi ao encontro da caracterização sócio-demográfica genérica dos dados recolhidos no terreno. Prevalece o sexo masculino, estando todos os indivíduos em idade activa, e sendo, maioritariamente, de nacionalidade portuguesa.

**Distribuição por Género**

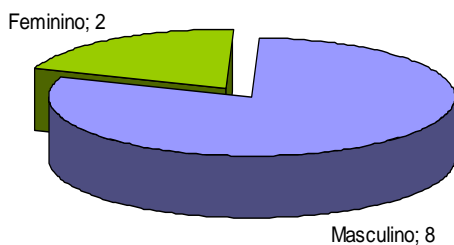


Figura 14 – Distribuição por Género

**Nacionalidade**

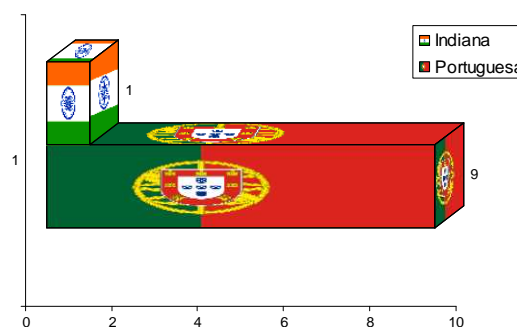


Figura 15 – Distribuição por Nacionalidade

#### **4. Tipologia dos Sem-abrigo no Município de Lagos**

De acordo com os dados apresentados nas secções anteriores, existem 26 indivíduos identificados como sem-abrigo, estimando-se a existência de mais 4 a 5 indivíduos em idêntica situação.

Como foi referido, os dados apresentados na secção 3.1. retratam aquilo que foi explicitado pelos próprios inquiridos. Desta forma, resultam da informação que estes consideram pertinente partilhar e das suas percepções relativamente às suas circunstâncias de vida.

Não obstante, a observação concomitante às entrevistas realizadas (designadamente, comportamento não verbal, declarações tácitas, indícios físicos e comportamentais, padrões de relações, etc.), permitiu obter informação relevante para esta análise.

Assim, no âmbito da avaliação efectuada, a qual integrou os dados provenientes das entrevistas com o trabalho de observação realizado e os elementos fornecidos pelas instituições parceiras, julgamos possível dividir a população de Sem-abrigo de Lagos em três subgrupos. De facto, constatou-se que existiam algumas variáveis centrais para a construção desses agregados, nomeadamente: nacionalidade, idade, regularização da situação legal, habilitações literárias, patologias (físicas e mentais), existência/suporte de familiares e permanência geográfica.

A sistematização dos resultados obtidos é fundamental para a compreensão do fenómeno dos Sem-abrigo no Município, e sobretudo para o desenvolvimento de Planos de Intervenção, os quais terão que reflectir a natureza desta tipologia, sem no entanto negligenciarem a idiossincrasia dos elementos caracterizados.



Figura n.º 16 - Tipologia dos Sem-abrigo no Município de Lagos

## 5. Agregados familiares em situação de Exclusão Habitacional

O levantamento dos agregados familiares em situação de **exclusão habitacional** acompanhados pelos serviços com competências na área da Acção Social permite antecipar cenários, potenciando o trabalho preventivo e proactivo norteador da intervenção social e do desenvolvimento local.

Esta reflexão é tanto mais importante quanto observamos que os agregados familiares referenciados têm a sua subsistência assegurada através de prestações sociais pecuniárias (Rendimento Social de Inserção, Pensões), e em muitas situações, complementada por outros apoios sociais (Géneros alimentares, medicação), cuja eventual redução ou cessação compromete a funcionalidade e autonomia das famílias.

Auscultou-se os serviços públicos com atendimento social. Os dados em análise resultam do cruzamento da informação fornecida por:

- Equipa do RSI do Serviço Local de Segurança Social de Lagos;
- Serviço de Saúde e Acção Social da CMLagos;
- Junta de Freguesia de Bensafrim;
- Junta de Freguesia de Santa Maria;
- Junta de Freguesia de S. Sebastião.

Foram sinalizados 60 agregados familiares em situação de exclusão habitacional, correspondendo a um total de 157 pessoas.

### **Distribuição dos Agregados Familiares por N.º de Elementos**

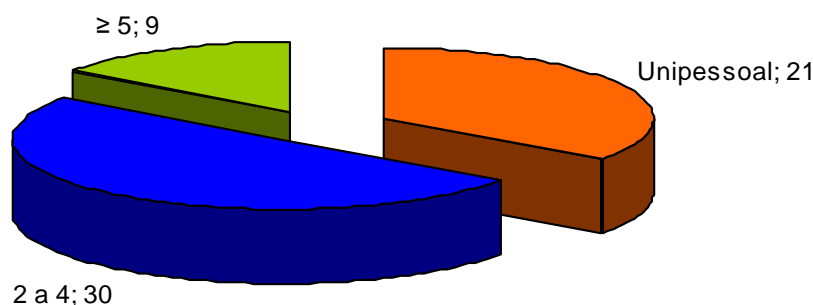


Figura n.º 17 – Distribuição dos Agregados Familiares por N.º de Elementos

Considerou-se de vulnerabilidade acrescida os agregados familiares compostos por crianças, jovens com idade inferior a 18 anos e/ou idosos com 65 ou mais anos, pois, conforme estabelecido no Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) são estes os que revelam maior risco de privação.

Do total de indivíduos em situação de exclusão habitacional, verifica-se a existência de 64 pessoas nas referidas categorias.

**Número Total de Elementos em Situação de Vulnerabilidade Acrescida**

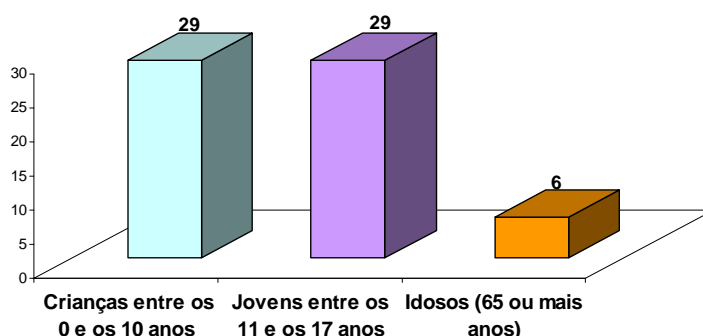


Figura n.º 18 – Número Total de Elementos em situação de Vulnerabilidade Acrescida

Relativamente à sua distribuição, parece extremamente relevante o facto de 50% dos agregados em apreço se enquadrarem em situação de vulnerabilidade acrescida, sendo de enfatizar a grande proporção de famílias com menores a cargo.

**Agregados Familiares em Situação de Vulnerabilidade Acrescida**

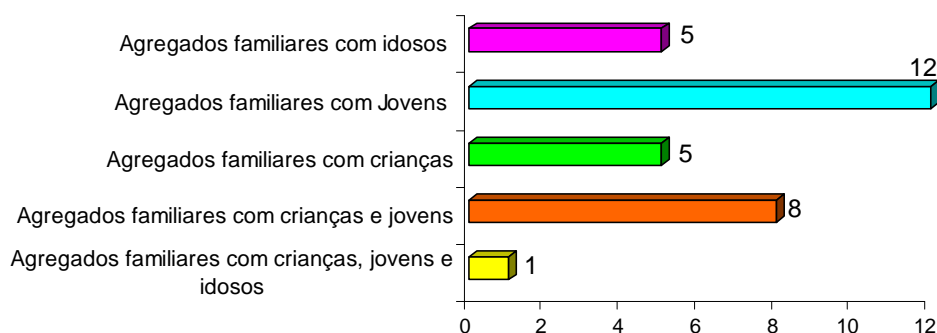


Figura n.º 19 – Agregados Familiares em Situação de Vulnerabilidade Acrescida

Relativamente à distribuição por freguesias, 70% dos agregados familiares sinalizados residem na área urbana do Município.

### Distribuição dos Agregados Familiares por Freguesia

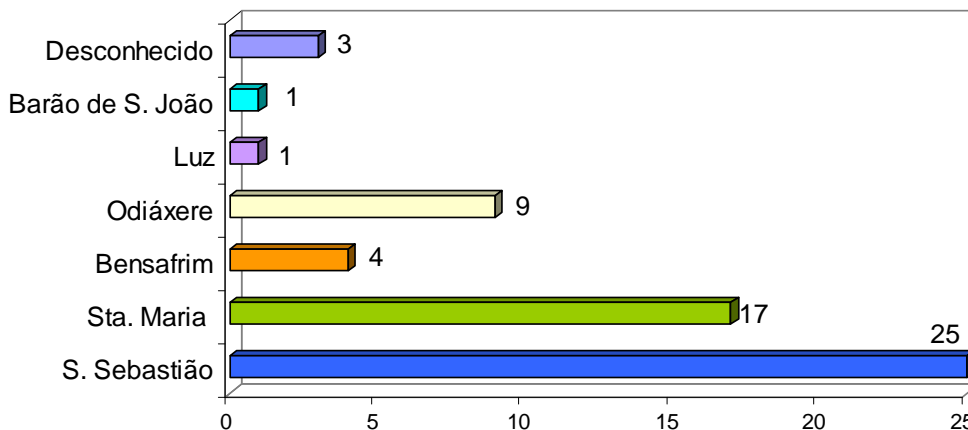


Figura n.º 20 – Distribuição dos Agregados Familiares por Freguesia

Verifica-se, ainda, a prevalência de agregados familiares em contexto de habitação insegura (correspondendo a 112 pessoas), ou seja, sem contrato de arrendamento, com ordens de despejo iminentes ou formalizadas e a viver com familiares ou amigos provisória e precariamente.

25% dos agregados familiares (correspondendo a um total de 43 indivíduos) residem em habitações inadequadas, compreendendo-se nesta categoria roulotte, imóveis muito degradados e/ou sobrelotados.

### Distribuição dos Agregados Familiares Segundo o Tipo de Habitação

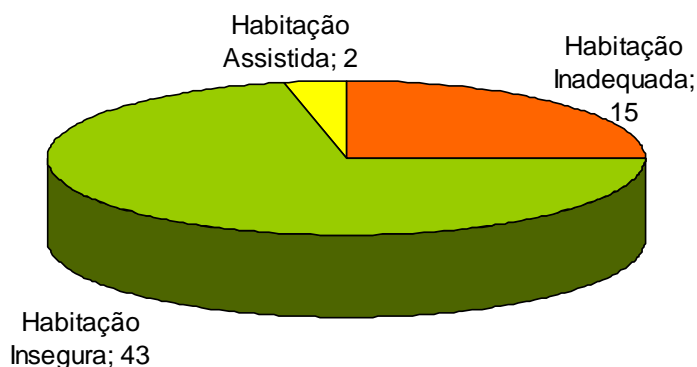


Figura n.º 21 – Distribuição dos Agregados Familiares Segundo o Tipo de Habitação

Por último, reforçando a importância da habitação tanto na dimensão psicossocial dos sistemas familiares, como no orçamento familiar, e a inexistência de alternativas economicamente acessíveis no mercado de arrendamento privado, constata-se que, no período compreendido entre 26/07/2010 e 09/02/2011, o Serviço de Habitação da CMLagos registava um total de 537 processos de procura de habitação, perfazendo um universo de 1398 indivíduos. Destes, 447 processos estavam activos à data de 09/02/2011.

## **6. Indicadores de Risco**

Para além da situação actual, e para a concretização de uma intervenção social consistente, urge reflectir e considerar situações/circunstâncias de ruptura social, por forma a antecipar respostas que permitam prevenir futuras situações de sem-abrigo.

Assim, apontam-se alguns indicadores de risco passíveis de intervenção preventiva por parte da Rede Social, nomeadamente:

- Pobreza Persistente;
- Toxicodependência;
- Imigração, com especial enfoque nas situações de indocumentação;
- Migração;
- Desemprego;
- Ruptura Familiar;
- Preços praticados no mercado de arrendamento habitacional;
- Ausência, no mercado de arrendamento, de habitação economicamente acessível, para além da habitação municipal.
- Variação das Taxas de Juro às quais estão indexados os créditos à habitação

Habitualmente, assiste-se à presença concomitante de dois ou mais indicadores, traduzindo-se, conseqüentemente, numa complexificação da situação e no aumento da probabilidade de ocorrência de desalojamento.

## 7. Proposta de Modelo Intervenção

Após leitura atenta do definido na *Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENPISA)*, e analisada a realidade do Município, cabe-nos propor:

- a) Nomeação de um **Interlocutor Local para a Estratégia Sem-Abrigo**, responsável pela implementação, monitorização e avaliação da Estratégia Nacional aplicada à realidade local.
- b) Criação de um **Grupo de Trabalho**, no âmbito da Rede Social de Lagos, composto por um conjunto de parceiros com intervenção na área, de modo a garantir uma resposta articulada e multidisciplinar. Compete aos parceiros a designação do(s) responsável(is) pela articulação directa com o Técnico de Referência/Gestor de Caso.
- c) Indicação pelo Grupo de Trabalho de um **Técnico de Referência, ou Gestor de Caso**, que acompanhará e será responsável pelo desenvolvimento de Planos Individuais de Intervenção e a sua operacionalização junto das entidades/instituições necessárias à autonomização do indivíduo em causa. Atendendo à existência de um trabalho no terreno desenvolvido pelas IPSS/Associações de Cariz Humanitário e Social que deve ser potenciado, aliado ao facto de possuírem estruturas burocráticas mais ágeis, propomos que o Técnico de Referência provenha de uma destas instituições.

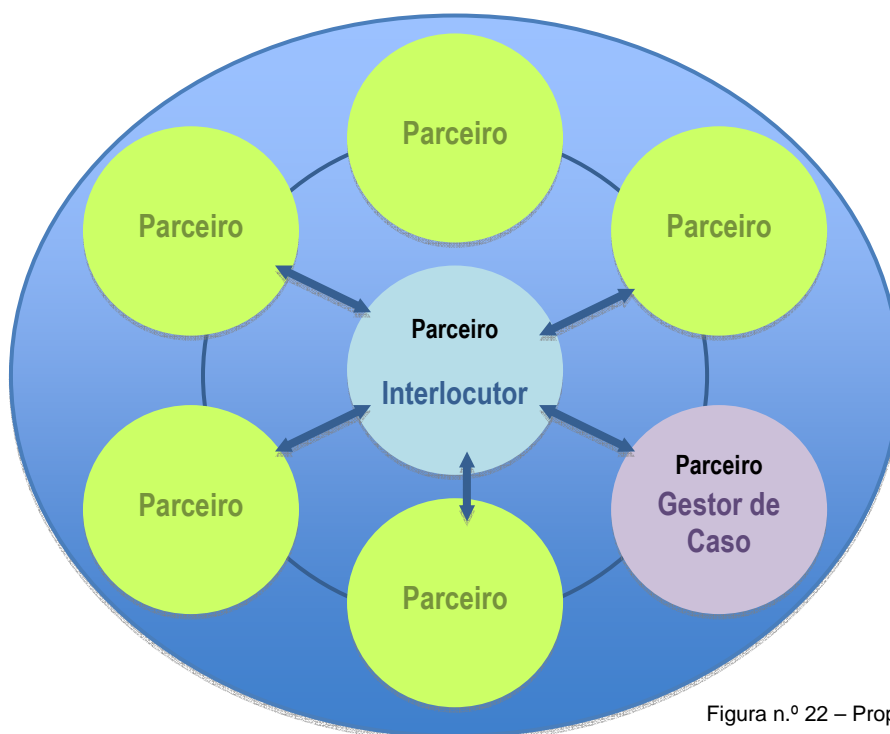


Figura n.º 22 – Proposta de Modelo de Intervenção

## **8. Proposta de Respostas Complementares**

A par do Modelo de Intervenção anteriormente exposto, e de acordo com a ENPISA, apresentamos um conjunto de estratégias para discussão por parte do Grupo de Trabalho.

Estas estratégias permitirão criar no Município estruturas integradas com vista a responder não só às necessidades da actual população sem-abrigo mas, sobretudo, a dotar o Município de respostas promotoras de maior coesão social, assumindo a atitude proactiva e antecipadora que deve nortear o trabalho social e comunitário.

Todas as estratégias apresentadas assentam no trabalho em parceria e deverão ser equacionadas no âmbito da Rede Social de Lagos/Plano de Desenvolvimento Social.

- **Refeitório Social “O Farol”** – Actualmente em fase de implementação, este equipamento destina-se a situações de pobreza extrema e será dinamizado pela Câmara Municipal de Lagos e por instituições de cariz humanitário, religioso e social, parceiras na Rede Social.

Para além do fornecimento de uma refeição diária, de segunda de sexta-feira, o Refeitório Social irá garantir apoio técnico individualizado e serviços complementares (higiene pessoal, apoio psicológico, entre outros).

- **Casa Abrigo** – Traduz-se num Centro de Acolhimento de Média Duração, para pessoas adultas em situação de sem-abrigo, de forma a garantir alojamento, a assegurar a satisfação das condições mínimas de subsistência e a desenvolver projectos de vida.

Paralelamente, esta resposta poderá assumir funções de um Centro de Emergência, de cariz temporário, destinado a situações de emergência social, devidamente sinalizadas pelas instituições competentes, nomeadamente, ocorrências de violência doméstica e acolhimento após despejo, catástrofe/calamidade, saídas de estabelecimentos prisionais, hospitalares, comunidades terapêuticas, etc.

Este projecto deverá ser equacionado por uma ou várias IPSS/Entidades de carácter humanitário e social parceiras na Rede, e pela complexidade e exigência de um equipamento deste tipo, deverá ser dotado de um corpo técnico e auxiliar que assegurem o integral acompanhamento/encaminhamento dos utentes. O seu planeamento deverá visar a candidatura a fundos comunitários e/ou nacionais, prevendo-se a abertura de quadros de financiamento no decurso do corrente ano.

- **Residências Acompanhadas** – Preferencialmente colectivas, trata-se de imóveis para ocupação partilhada por pessoas em situação de sem-abrigo com determinadas características e competências, cuja gestão, uso e manutenção é alvo de acompanhamento técnico.

Caberá aos utentes, mediante o seu rendimento, a comparticipação das despesas mensais fixas.

- **Apoio Municipal a Mensalidades de Habitação** – Prever no Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos e/ou Dependentes da Área do Município de Lagos (RAESDDAML) a modalidade de apoio económico para comparticipação de mensalidades de habitação (arrendamento ou empréstimo bancário).

A concessão deste benefício estará, como as restantes formas de apoio constantes no referido Regulamento, sujeita aos trâmites inerentes à atribuição de qualquer apoio no âmbito da Divisão de Habitação, Saúde e Acção Social.

- **Apoio ao Associativismo Imigrante** – Incentivar a adesão à Rede Social das Associações de Imigrantes com actividade no Concelho e promover acções de sensibilização/informação sobre Associativismo Imigrante, visando o aumento do número de Associações e de associados. Tendo em conta os constrangimentos ao nível da actuação das entidades públicas perante situações de imigrantes indocumentados, as Associações de Imigrantes assumem um papel de especial relevo no apoio social às comunidades que representam.

## **9. Notas Finais**

O direito a uma habitação condigna, consagrado na Constituição da República Portuguesa, é inalienável a qualquer ser humano.

A problemática dos sem-abrigo é complexa e multidimensional, exigindo uma intervenção multidisciplinar e integrada, baseada no estudo da realidade a intervir. O levantamento ora apresentado surge neste contexto.

De acordo com os dados recolhidos, calcula-se a permanência de 30 pessoas em situação de sem-abrigo no Município de Lagos. Destas foram entrevistadas 13 e obtidas informações genéricas de outras 3, embora tenham sido realizadas diversas diligências no terreno para abranger o maior número possível de entrevistados. Este constrangimento foi colmatado através do contributo das entidades/instituições com atribuições no âmbito da acção social, facultando dados referentes a mais 10 indivíduos, e permitindo a caracterização da maioria da população sem-abrigo estimada (26 elementos).

Relativamente ao trabalho no terreno, de assinalar a predisposição demonstrada pelos entrevistados para encetar um processo de mudança e delinear novos projectos de vida, o que facilitará o trabalho a desenvolver.

Não obstante, foi evidenciado algum descrédito no trabalho desenvolvido pelas instituições públicas para a resolução da sua situação, enfatizando o apoio prestado por instituições particulares de cariz humanitário, social e religioso, reforçando a importância de uma intervenção interinstitucional articulada e multidisciplinar, a realizar no âmbito da Rede Social de Lagos, cumprindo o seu espírito de parceria e partilha de responsabilidades.

Com o intuito de promover um instrumento orientador das acções a desenvolver, delineou-se uma tipologia dos sem-abrigo presentes no Município.

Assim, e após análise e cruzamento dos dados reunidos, verificou-se ser possível a caracterização de três grupos distintos de indivíduos tendo por base as três problemáticas de intervenção prioritária identificadas, nomeadamente: Imigração Indocumentada; Trabalho Precário e Toxicodependência.

Paralelamente, e considerando a importância de se reflectir sobre cenários futuros, potenciando o planeamento estratégico social do Município e a criação antecipada de respostas integradas, analisou-se a dimensão da exclusão habitacional, isto é, dos agregados familiares que se encontram em habitações precárias.

Conforme informação obtida, registam-se 60 agregados familiares em situação de exclusão habitacional, dos quais 50% correspondem a contextos de vulnerabilidade acrescida (menores e idosos). Embora admitindo o enviesamento decorrente dos dados analisados provirem de instituições com respostas sociais formais, sublinha-se a dependência de prestações sociais dos agregados familiares referenciados para assegurar a sua subsistência, funcionalidade e autonomia.

Elencando os resultados obtidos no levantamento com uma visão prospectiva da realidade do Município, propõe-se um Modelo de Intervenção, alicerçado nas orientações da ENPISA, bem como um conjunto de respostas complementares a criar no âmbito da Rede Social, designadamente, a implementação do Refeitório Social “O Farol”, a abertura de uma “Casa Abrigo”, a instalação de Residências Acompanhadas, o Apoio Municipal a Mensalidades de Habitação e ao Associativismo Imigrante.

## **Posfácio**

Primeiramente, não queremos deixar de reforçar a receptividade dos entrevistados em colaborar, desmistificando as ideias pré-concebidas que, inevitavelmente, levámos para o terreno e enriquecendo a nossa experiência profissional e pessoal.

Enquadrando o levantamento no terreno com os dados fornecidos pelas instituições (de outras situações de sem-abrigo, e de agregados em exclusão social), consideramos particularmente perturbadora a existência de uma franja da população que, não se encontrando como sem-abrigo, apresenta um risco de elevado de perder a sua habitação. É de salientar que, na maioria destes casos, a profunda vulnerabilidade se prende, fundamentalmente, com padrões persistentes de pobreza, para os quais os apoios sociais são o suporte mais importante.

Não nos podemos alhear dos efeitos da crise económica actual, cujo impacto se virá a agudizar nos próximos meses/anos, e que, de acordo com o veiculado nos media, poderá resultar na redução/cessação dos apoios sociais estatais, “empurrando” estes agregados familiares para a rua, e muitos outros que se encontram em situação análoga.

De igual modo, esta conjuntura socioeconómica levará ao surgimento de “novos pobres” e ao acréscimo de situações de vulnerabilidade social, que se traduzirão no aumento da procura de apoios sociais, quer junto das entidades oficiais, quer junto da rede solidária.

Trata-se, pois, de um contexto desafiante e que requer o reforço do trabalho em rede, acompanhado por uma mudança de paradigma nas relações interinstitucionais, reforçando a centralidade da sociedade civil e buscando alternativas sustentadas nos recursos materiais e humanos existentes, preconizando a intervenção social proactiva.

Por último, ressalva-se que a integração social não pode pressupor a imposição de modelos de vida, mas sim a criação de condições que constituam alternativas viáveis. De facto, será difícil aspirar à erradicação deste fenómeno, pois tal passa por uma complicada equação que envolve a existência de respostas sociais e, sobretudo, da capacidade de escolha individual.